

Segurança Pública no Rio de Janeiro



José Mariano Benincá Beltrame

*Secretário de Segurança Pública do
Estado do Rio de Janeiro - Brasil*

O Rio de Janeiro carrega muitas vezes uma fama, uma pecha de cidade violenta que não lhe pertence; resultado de anos e décadas de descaso e abandono da cidade que, efetivamente, é maravilhosa. Portanto, não há como falar sobre os projetos que estamos desenvolvendo na secretaria de Segurança, sem inseri-los no contexto do qual eles são resultantes. Primeiro, é necessário que analisemos o histórico socioeconômico do Rio de Janeiro. Entendemos que – muito do que vivemos hoje – começou por aí. Para começar, a transferência da capital da República para Brasília significou um retrocesso para o Rio de Janeiro: imaginem os senhores, hoje, por exemplo, a capital ser transferida de Brasília para São Paulo. O que seria de Brasília? É sabido que existem ex-capitais européias que até hoje recebem verbas do governo federal, a título de indenização, por terem deixado de ser capital de seus países. Não foi o caso do Rio de Janeiro. Todo o aparato político-administrativo foi embora; ficaram aqui somente seus prédios, que até hoje estão em ruínas.

Posteriormente, na década de 1970, nós tivemos a extinção do Estado da Guanabara. Outro baque forte – mais uma vez o Estado se despedaçou. Considerando, ainda, nos anos 80 e 90 a estagnação da economia mundial, tivemos ainda a questão séria que

é, ou era, o "grande fiel da balança" econômica do Rio de Janeiro: o royalty do petróleo, que também na década de 1970 teve uma decadência muito forte. E, obviamente, com a ida da capital da República para fora, o Rio de Janeiro nunca mais teve um link, nunca mais teve um entendimento estreito com a Capital Federal. Isso também é muito sério: um estado não ter um estreitamento de relações com o Governo Federal. Hoje, ao contrário, temos uma relação muito nítida, clara e harmônica com o Governo Federal. Isso, sem dúvida alguma, tem trazido grandes benefícios à sociedade fluminense.

Obviamente que essa crise financeira, esse abandono do Rio de Janeiro, ocasionou e proporcionou a questão da ocupação desordenada do solo. Todos nós, que andamos pela cidade, vemos as favelas (Rocinha, Vidigal, Dona Marta) crescerem. E o que foi feito? Os métodos jurídicos estão colocados, o Ministério Público atua em sua área de competência; mas, seguindo uma lógica contrária no tratamento dessas ocupações desordenadas do solo, foram ali e colocaram luz, foram ali e colocaram água, foram ali e colocaram saneamento básico, foram ali e, de uma certa forma, homologaram a ocupação desordenada que passou a ser, em tese, ordenada. Obviamente que a configuração geográfica do Rio de Janeiro permite – ela é uma diferença fundamental (mar, matas, serras) – e proporciona que se formem esses aglomerados de pessoas. Colocando-me no lugar de um trabalhador do centro da cidade do Rio de Janeiro, imagino que ia querer morar numa favela, mas ia querer morar no centro, porque eu não precisaria pegar ônibus, podendo me deslocar a pé. A título de exemplo, 85% das empregadas domésticas da Barra da Tijuca moram na

Rocinha. Por que elas iriam morar na Zona Norte?

Nós temos no bairro da Tijuca 19 morros; tudo contido num bairro só. Isso foi um cenário facilitador para que, nesses lugares, se instalassem núcleos de criminalidade. É importante frisar que, nessas comunidades, 99,9% das pessoas são de bem, pessoas trabalhadoras, mas infelizmente atuam nessas áreas indivíduos que comercializam substâncias entorpecentes. E não se trata só do entorpecente. Nesse contexto há a presença das armas, e não existe arma, obviamente, sem munição. Então, temos no Rio de Janeiro núcleos do crime instalados no centro da cidade. Isto é uma característica carioca. Não se encontra isso em São Paulo, porque lá os núcleos de criminalidade estão instalados no cinturão da cidade. Em Brasília temos cidades como Ceilândia, que tem um índice de criminalidade absurdo, mas está localizada a 30 quilômetros do Plano Piloto.

Aqui no Rio de Janeiro as pessoas convivem de perto com a criminalidade. Cidadãos que moram em bairros como a Tijuca, como o Méier, bairros de classe média alta, no conforto dos seus lares, estão assistindo diariamente brigas, confrontos entre facções criminosas. Nenhum governante em Brasília, em São Paulo, em Nova York, assiste isso. É nesse ponto que podemos classificar o Rio de Janeiro como uma cidade violenta. Porque nós assistimos, nós presenciamos diariamente a violência. Porque, novamente, a configuração geográfica do Rio de Janeiro se presta a isso, possibilita um refúgio e um esconderijo aos traficantes que usam e exploram esses lugares, essas comunidades. Nesses núcleos, eles impõem a violência. Violência que não é a violência de bater, é a

violência silenciosa; é a violência da lei do fuzil, é a violência de perguntar 'para quem você estava ligando nesse orelhão?', ou 'o que você foi fazer?', ou 'com quem você estava conversando?'. É a violência de vigiar escolas, de terem sobre seu comando essas mesmas escolas. Quando se deu o conflito no Complexo do Alemão, aqui na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, no ano passado (2007), recebemos na secretaria mães que vieram reclamar que seus filhos estavam há dois meses sem aulas. E pude dizer a elas: 'Olha, mães, eu também sou pai e não gostaria que meu filho ficasse um ano sem aulas; mas, principalmente, que ele não tivesse que, para ir ao colégio, passar por pessoas portando fuzis, com granadas na cintura. Que educação é essa?'. E mais, disseram essas mesmas mães: 'Quando chega à noite, na festa de São João, não podemos fazer a festa porque acontece o baile funk no colégio'. Baile funk do tráfico. Isso é liberdade? Isso é violência.

Enganam-se as pessoas que dizem que o Estado, através das instituições policiais, leva violência para esses locais. Violência é um cidadão comprar um carro e não poder estacionar esse carro na frente da sua casa, porque existem entulhos de lixo, pneus e troncos de árvore fazendo barricadas para impedir o acesso da polícia na comunidade. Barricada erguida por traficantes e que não permite que o cidadão de bem chegue com seu automóvel em sua casa. Violência é fazer com que as pessoas que moram nessas comunidades terem que dormir com os seus portões abertos para que o tráfico possa transitar por dentro de suas casas sem que a polícia possa ir atrás, porque a polícia pode circular no que é público. E o privado passa a ser público para o traficante. Isso é ou não violência?

Uma mãe que não pode reclamar a morte do seu filho, ir à delegacia de polícia, porque ela será ameaçada e consumida pelo tráfico. Mas o tráfico contabiliza os seus mortos. O tráfico queima os corpos destas pessoas e mães e pais não podem reclamar esses corpos na delegacia, porque quem seria queimado seriam eles. Um outro exemplo de violência: um morador de uma comunidade ao comprar um eletrodoméstico num grande magazine pede para que o produto seja entregue na sua casa: ela habita numa favela. Depois de duas horas numa fila degradante para fazer o cadastro de crediário, o vendedor se nega a entregar e diz: 'Não, lá eu não entrego'. Isso, sim, é violência. Eu pergunto aos senhores: 'que sociedade é essa?'

Então, se enganam as pessoas que dizem que o Estado leva violência. Existem sim, situações de confronto, sem dúvida alguma. Mas temos que optar. Temos que optar sobre o lado que estamos e o que queremos. Essas pessoas devem se convencer de que existe um Governo, de que existe um Estado, de que existe um secretário de Segurança, de que existe polícia, que existe delegado, que existe autoridade, e que o Estado tem que entrar lá para cumprir suas funções.

Este é um contexto real. Mas não é um contexto de agora; está estabelecido há décadas. E, obviamente, que não serão em 12 meses ou em quatro anos que iremos resolver este problema. E tenham certeza que não serão ações policiais que vão resolver isso. O que nós não vamos permitir é que a violência se alastre. A medida em que dermos dignidade à população, num processo de criação de trabalho, de renda, geração de empregos, é que daremos um fim à violência. Ao valorizarmos a vida humana trabalhamos para que os índices de



criminalidade caíam. Aí, vamos precisar de menos polícia, vamos precisar de menos ações, vamos gastar menos. O que hoje estamos fazendo é não permitir com que esse contexto de violência se alastre.

Dados de um ano atrás revelam que, nessa configuração geográfica da cidade do Rio de Janeiro, temos em torno de 750 favelas cadastradas, fora as clandestinas. Desse contingente, 328 estão localizadas na capital e, em torno de 80%, têm influência direta do tráfico. Somado a isso tudo, nós ainda temos esse fenômeno recente, que são as milícias, que normalmente são chamadas de comando azul. Fazem parte delas policiais, funcionários do DEGASE (Departamento Geral das Ações Socioeducativas), funcionários das instituições prisionais – vendendo, em tese, segurança para essas comunidades. O que se configura num crime, na minha concepção, muito pior do que qualquer outro que acontece nesses lugares. Em primeiro lugar, porque entendo que um policial ou um funcionário público, que está aliado a esse tipo de situação, é um criminoso em dobro, porque ele usa a capacitação que o Estado lhe deu, seja ela ruim ou boa, usa o salário que o Estado lhe paga, seja ele também ruim ou bom, e ainda explora o cidadão para que ele pague por isso.

Nós, às vezes, vemos as pessoas dizerem: milícia boa e milícia ruim. Toda milícia é péssima. Quando essas milícias se derem conta que – além de fazer a segurança dessas comunidades e explorar serviços clandestinos – entrar no mercado das drogas e das armas é muito mais vantajoso do que simplesmente fazer o trabalho de milícia, o problema de criminalidade do Rio de Janeiro vai duplicar ou triplicar. Então, esse fenômeno deve ser combatido. E, claro, dentro de uma lógica, estamos combatendo isso. Fizemos uma ação ao final do ano passado (2007), e desarticulamos um grupo miliciano da Zona Oeste do Rio, que entendo ser o mais articulado de todos. Hoje, temos 115 investigações nessas áreas que estão em pleno andamento. Trabalhamos em diversas linhas de investigação e repressão ao tráfico de drogas, de armas, de munição e combatemos a milícia. Sei que é muito pouco ainda, mas posso dizer que o nosso setor de inteligência está funcionando em sua capacidade máxima.

Nós temos no estado do Rio de Janeiro um cenário único no Brasil: o embate entre o Estado contra três facções criminosas que brigam entre si. E, ainda, o Estado contra seus próprios pares, que são os policiais civis e militares, os bombeiros e os agentes penitenciários que estão atuando nas milícias. Em São Paulo, a polícia, no que diz respeito a tráfico de drogas, atua contra o PCC (Primeiro Comando da Capital). Na cidade do Rio de Janeiro atuamos contra o ADA (Amigos dos Amigos), TCP (Terceiro Comando Puro), CV (Comando Vermelho); e temos, ainda, um problema de desvio de conduta sério e criminoso, que é a milícia. Isso não tem em Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Santa Catarina. Quando esses grupos se digladiam entre si, dá uma

sensação de insegurança muito grande ao cidadão. Esse fenômeno faz com que as pessoas transcendam não só a questão da pobreza, a questão da falta de cultura, mas faz com que a relação de diferença entre esses grupos, fique maior ainda. E estes grupos estão plantados dentro destas 750, hoje já em torno de 800 favelas.

O nosso problema sério de segurança pública no Rio de Janeiro com relação às drogas – usando uma expressão mais pedagógica – é o varejo. Além das lutas que existem entre eles, motivada pelo controle dos pontos de drogas. Na Rocinha, hoje, vale muito um ponto de droga nesse território, porque abastece a Zona Sul e os moradores da Barra da Tijuca, que passam por ali e pagam à vista. É diferente de o traficante trabalhar com o mercado de drogas lá em Acará, na Zona Norte. Na Rocinha é no 'cash', no Vidigal é no 'cash', no Pavão-Pavãozinho é no 'cash'.

De acordo com alguns índices, que apontam dados sobre apreensão de armas, nós tivemos, de 1993 a 2003, cerca de 22 mil armas apreendidas. É que no mundo do tráfico de drogas, para se defender e para conquistar novos pontos de venda de drogas, essas facções criminosas introduziram armas mais pesadas em seus arsenais. Revólver, hoje, aqui no Rio de Janeiro, é para resolver briga de marido e mulher. Os traficantes introduziram o fuzil, introduziram o fuzil 556. Não satisfeitos, introduziram o fuzil 762. Os secretários de segurança de outros estados, talvez tenham em seus locais de atuação muito menos fuzis, ou nem usem fuzil porque não precisam, porque os 'clientes-bandidos' das polícias desses estados não os enfrentam com essa arma. No Rio de Janeiro, quando um policial vai cumprir um mandado de

prisão em determinados locais portando um revólver, se torna um risco de morte para ele. Comprar um helicóptero blindado, igualmente é um problema, porque, a cada sobrevôo, por exemplo, sobrevôo de patrulhamento na Linha Vermelha, temos que mandar a aeronave para o conserto, gastando R\$ 70,130 mil para trocar uma peça. Já tivemos um colega alvejado em um helicóptero. Os helicópteros Esquilo que temos na cidade têm cerca de 12 anos. O problema é que eles não se adaptam mais à necessidade que estamos enfrentando. O mesmo acontece com o famoso carro blindado. Isso é uma realidade. Apreendemos quatro armas que estavam no morro Dona Marta, em Botafogo. E o que uma metralhadora .30 estaria fazendo lá em cima do morro Dona Marta? O que será que ela pode fazer? O sujeito olha para um lado, tem o Santos Dumont, ele olha para o outro e tem a Lagoa Rodrigo de Freitas, olha para frente, vê Copacabana. E aí? Vamos tirar as metralhadoras ou vamos deixar lá? Aí o trabalho da inteligência detecta exatamente onde elas estão: endereço, casa, nome do cidadão; só que é ruim de chegar lá. Então, também não posso afirmar que as pessoas digam que não se trabalha com inteligência policial. É inevitável fugir da inteligência policial. Não se trabalha mais hoje, na minha concepção, em qualquer lugar do Rio de Janeiro, sem inteligência policial. Por quê? Porque nós não temos gente, não temos carros, não temos dinheiro, não temos equipamento, não temos logística. Na verdade, nós só temos como fazer igual a história da Ofélia: ir quando temos certeza. Porque é necessário poupar vidas, tanto dos moradores do morro Dona Marta quanto dos policiais.

Agora, se a nossa inteligência identificar, como tem identificado, onde os criminosos

estão, nós vamos buscar. Porque, se não fizer isto, estarei prevaricando. Infelizmente, esta operação é bastante complexa. Não posso pegar um guincho, um cabo e ir lá em cima do morro Dona Marta tirar aquela casa de lá e trazer aqui para baixo. E esses sujeitos – os narcotraficantes – não freqüentam as praias com essas armas porque, senão, esperaríamos aqui em baixo para apreendê-las.

Com granada é a mesma coisa. Pararam um pouco de usar granada, porque eles agora têm pessoas que fazem isso em casa. Existe aqui na cidade, um lugar lá na favela da Maré, que fabrica granada, onde logo devemos chegar. Portanto, não é necessário mais comprar esse armamento; os criminosos desenvolveram uma tecnologia, ou terceirizaram, como num negócio.

Falam que o Rio de Janeiro é formado por duas cidades diferentes. Em minha visão não são duas cidades diferentes: são duas realidades diferentes – que, creio, é a expressão mais correta: a Zona Sul e a Zona Norte. Alguns pontos da Zona Sul têm índices de criminalidade europeus, mas se nós passarmos o Corte Cantagalo (entre Ipanema e Copacabana), nesses territórios a situação já muda de figura.

Até aqui vim tentando contextualizar as situações pelas quais estamos passando no Rio. Porque, quando chegamos à secretaria de Segurança, foi preciso saber, efetivamente, o que é o Rio de Janeiro, para que pudéssemos começar a trabalhar. E, nesse sentido, pergunto, através daquela música de Noel Rosa: 'Com que roupa eu vou pro samba que você me convidou?'

Tenho a convicção de que, antes de discutirmos qualquer tipo de medida, ou

antes mesmo de atacarmos ou até elogiarmos o Rio de Janeiro, é preciso levar em consideração muitos fatores neste contexto; justamente para que possamos ter um mínimo para falar e atuar. Não combatemos o crime aqui como se combate em São Paulo, que fica a 500 quilômetros. São realidades totalmente diferentes.

Alguns índices criminais (de homicídio, roubo de veículos, entre outros) mostram claramente a diferença entre Zona Sul e Zona Norte. Faz bastante diferença quando olhamos para essas regiões. Todas as vezes que esses índices são divulgados, sofremos muitas críticas. Mesmo assim, avançamos. Reduzimos o índice de homicídios em quase mil casos em 2007. Registramos sucesso semelhante em relação ao roubo de veículo, dando mais capilaridade para a Polícia Militar; justamente porque não temos condições de, no Rio de Janeiro, colocar um policial em cada esquina. E nenhuma polícia do mundo tem condições de fazer isso. Então, colocamos motos e barreiras policiais em pontos estratégicos, de acordo com as manchas criminais. O segredo é que não fazemos barreiras fixas: elas são móveis. Onde havia maior incidência de roubos, homicídios, colocamos mais policiamento, mas um policiamento itinerante. Das 19h às 21h, os policiais ficam num local X, das 21h às 23h eles se deslocam para o local Y e, mesmo assim, a gente obviamente não consegue resolver todos os problemas. O resultado dessa ação foi positivo. Mas tem muita coisa a ser feita.

O Rio de Janeiro tem em torno de 6 mil policiais para 13 milhões de pessoas. É complicado, mas é um desafio de gestão. Podemos demonstrar as manchas de criminalidade no Rio de Janeiro através de

um exemplo. Um domingo de jogo no Maracanã. Imaginem um jogo grande, Flamengo e Vasco, uma decisão. Para ter uma idéia, em um jogo de Flamengo e Vasco, no Maracanã, num dia de decisão, a Polícia Militar mobiliza um contingente de 10.500 homens, talvez o efetivo de uma Polícia Militar de outros estados [brasileiros] ou outros países.

Demonstrarei quais são os pilares nos quais estamos focando e estruturando nossa atuação. No caso da integração policial – porque, como já foi dito, não vamos definitivamente resolver este problema sozinhos – temos feito excelentes trabalhos com a Polícia Federal; essa instituição tem nos ajudado desde que assumi o cargo de secretário de Segurança. Efetuamos a prisão do Tuchinha junto com a Polícia Federal. Nesse caso, as duas equipes foram ao local. Não só compartilharam as informações, mas participaram da própria execução da ação. Utilizamos a inteligência policial e as Corregedorias, que ainda estão um pouco longe do que eu pretendo para elas. Creio que uma Corregedoria não pode ser um órgão simplesmente administrativo, que se limite a analisar processos. A Corregedoria tem que ser dinâmica, como uma delegacia. Ao determinado fato, é necessário levantar, checar todas as informações e não simplesmente analisar o processo. Uma Corregedoria tem que ser com C maiúsculo, para que nós tenhamos cada vez mais respostas em referência à credibilidade das ações públicas.

No caso da gestão, enfrentamos, atualmente, um atraso muito grande. Afirmo sempre, sem nenhum tipo de receio: os batalhões da Polícia Militar não se comunicam (não se 'falam') por computador, eles estão desconectados. Esse trabalho é inexistente.

Se hoje quero saber quantas camisetas tem disponíveis no batalhão A, eu tenho que ligar para um determinado local, falar com um funcionário, que então ligará para o chefe dar a ordem para que possa me enviar um fax com esse número.

Então, creio que a polícia hoje trabalha muito. Policial que trabalha no Rio de Janeiro, pode trabalhar na 'Faixa de Gaza', seja aonde for; o fato é que ele trabalha com muita dificuldade. Temos problemas, não resta dúvida, mas o nosso policial é criativo, o nosso policial é corajoso e faz muitas vezes o que muitas outras polícias fora daqui, ou de outros lugares do mundo com amplas condições, não conseguem fazer.

Mas temos muito que andar na questão de gestão, na questão de controle de armamento, na questão de controle de munição. Se isso tudo for informatizado – conseguimos informatizar um batalhão aqui no Rio de Janeiro – nosso pessoal poderá, então, ir ao paiol, pegar suas armas, os carregadores... e tudo isso estará registrado no sistema. Esse controle, hoje, ainda é pelo livro, caderno, e afirmo isso porque não é um problema do secretário de Segurança. Isso é um problema de gestão que demonstra a intenção dos que passaram pela secretaria há muito tempo atrás. Ressalvo que não vamos acabar com a violência no Rio de Janeiro, mas vamos lutar para não deixar com que ela se alastre.

Quanto à inteligência e a troca de informação, creio que participar e pactuar da mesma linha de conduta é a solução para nossos desafios, muito embora ainda exista um velho paradigma que está retratado na seguinte afirmação: 'quem trabalha com inteligência e assegura ter alguma informação, não passa adiante'. Mas isso já



seria um outro desafio que teríamos que vencer.

Para voltar ao tema, não dá para falar em droga no Rio de Janeiro sem que se conheça um pouco do contexto deste problema. Precisamos urgentemente criar uma solução, uma perspectiva para o jovem no que diz respeito ao consumo de varejo da droga. O jovem, atualmente, é um alvo, uma presa muito fácil. E, no Rio de Janeiro, isso é visível, porque o exemplo para um jovem que está freqüentando uma escola que não é boa, uma escola que não o seduz, uma escola que não ocupa o seu tempo – é o traficante. O traficante que se mostra forte, malhado, com uma correntinha de ouro, que tem um carrão e, muitas vezes, tem a menina, a moça, uma mulher daquela favela porque paga ou impõe. Esse é o exemplo. Nós temos jovens com 14 anos, 13 anos que ganham mais que o pai e a mãe, e que ganham para ficar soltando pipa na laje com o radinho no bolso avisando quando a polícia está para chegar. São R\$ 20, R\$ 30 por dia e, no final da semana, ele tem mais dinheiro que o pai e a mãe que trabalham o dia inteiro. Como é que o pai e a mãe vão exercer a sua capacidade de persuasão? Portanto, há uma relação em que a droga está inserida e facilita porque ela está no varejo, ela está nas esquinas destes locais, prontas para o jovem não ir à escola, pronta

para esse jovem fazer qualquer tipo de ação que respalde o seu ídolo, e a sociedade que está lá dentro tem que ficar quieta. Nós só vamos acabar com esse processo quando este estado, quando esse país, quando a América passar por um processo de inclusão, quando passar por um processo de geração de emprego e de renda e de oportunidade para essas pessoas. Estamos comprometidos com melhorias para as instituições policiais, comprometidos com a ética, com a sociedade e, obviamente, com o Governador.

Mas, para acabar com a violência, temos um passo importante a dar, que são as obras do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento). As obras do PAC pretendem levar isso às comunidades: água, esgoto, saneamento, educação. Temos situações nesses territórios da cidade em que um cadáver, encontrado em determinada favela, é retirado num carrinho de supermercado. De qual cidadania estamos falando? Que nível de cidadania é esse? Creio que a violência sem dúvida alguma depende muito mais de ações públicas e de políticas públicas do que de uma ação policial; justamente porque é uma ação do Estado. Mas se não houver uma 'grande transformação', no sentido de ações sociais e de políticas públicas, vamos ficar no mesmo patamar. Nosso compromisso é combater e permitir que a violência não se alastre, permitir que o cidadão não seja mais afrontado nos sinais de trânsito ou caminhando nas praias. Mas o problema é muito mais profundo, muito mais complexo e precisamos estar juntos neste processo.